

# Mercantilização da universidade e a função produtiva do trabalho imaterial

Eduardo Pinto e Silva

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *The new Brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?* Bauru: Canal 6; Projeto Editorial Praxis, 2017. 285 p.

Os processos econômicos e políticos se entrelaçam nas instituições e nas formas sociais históricas. Na universidade, há uma reconfiguração das práticas e progressiva subordinação do trabalho às funções reprodutivas do capital. Ela se mercantiliza a ponto de podermos denominá-la “universidade mercantil” (Sacramento, 2019, p. 25). Trata-se de um processo histórico. Embora não se trate de uma determinação ontológica inalterável, a cariz privatista avança no cotidiano e nas formas de avaliação, financiamento e gestão.

A historicidade e as contradições do processo de mercantilização são ressaltadas por João dos Reis Silva Júnior em *The new Brazilian university: a busca por resultados comercializáveis: para quem?* Fiel ao método materialista histórico-dialético e à ontologia de Georg Lukács, o autor toma como objeto a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Evidencia como ocorrem as apropriações e objetivções dos determinismos do modelo de universidade de classe mundial nessa instituição. Considera a universidade norte-americana como prototípica do processo de mercantilização, na qual mais intensamente se objetiva a função produtiva do trabalho imaterial do professor sob um complexo de mediações (econômicas, políticas, institucionais, sociais, culturais, organizacionais e ideológicas). Aponta para determinismos, sem recair em determinações que retirariam do objeto suas nuances, movimentos e contradições. A dimensão histórica é, inicialmente, considerada a partir das especificidades da UFMG. A seguir, é relacionada à totalidade concreta da mundialização do capital e das universidades de classe mundial, em particular a norte-americana. E conclui com análise (concreto pensado) do “novo papel da

universidade estatal brasileira” com base em pergunta que deixa o diálogo aberto com outros autores e pesquisas: “O Brasil estaria produzindo a *The new brazilian university?*” (Silva Júnior, 2017, p. 223).

A UFMG é apontada pelo pesquisador como farol e radar de mudanças pretéritas e atuais da universidade brasileira. O cultural, institucional e organizacional são insígnias recorrentes das pesquisas e obra do autor, referenciadas na análise histórica da UFMG. São considerados os entrecruzamentos do cultural, político e econômico e as influências mútuas e recíprocas entre formas históricas estatais e formas de sociabilidade. O embrião da aproximação entre universidade e empresa, produção de conhecimento e valor, é localizado em 1968, na gestão de Aluísio Pimenta, único reitor na ditadura apoiado pelas esquerdas. As costuras do hábil político geraram tessituras que fizeram a UFMG se antecipar à reforma universitária. Isso se repetiu na Reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ainda que sob os determinismos da ordem internacional, houve um processo ativo da UFMG e de seus sujeitos na reconfiguração de suas práticas e sociabilidade. A instituição não é mera caudatária das transformações da universidade norte-americana. As metáforas do “radar” e do “farol” são usadas por Silva Júnior (2017, p. 48) na análise da dialética das imbricações das dimensões culturais-institucionais com a mundialização do capital e relação subordinada do Brasil como plataforma de valorização do capital. A universidade brasileira produz o conhecimento “matéria-prima” – denominado “*raw material knowledge*” por Slaughter e Rhoades (2010) – transformado em “produtos, processos ou serviços com o objetivo de aumentar a produtividade econômica” (Silva Júnior, 2017, p. 65).

O capitalismo acadêmico, no contexto da mundialização financeira, produz a *Word Class University*. A configuração do conhecimento como matéria-prima exige mudanças na cultura institucional das universidades e compreensão sobre a conjuntura recente da universidade americana e do trabalho do professor pesquisador. Eis os elementos centrais para a elaboração de uma teoria do capitalismo acadêmico e suas relações com a nova economia.

O “novo tipo de conhecimento” exigido da universidade por injunções econômicas e jurídico-políticas redundam em um “modo mercantil de trabalhar” e na “cultura da busca do lucro” (Silva Júnior, 2017, p. 117). O conhecimento requerido pela economia global remete o autor ao regime do capitalismo acadêmico referido por Slaughter e Rhoades (2010). Desse modo, após abordar a particularidade da UFMG e suas especificidades históricas, relaciona-as à totalidade concreta e às tendências mais desenvolvidas das mudanças culturais das universidades e da constituição da *Word Class University*:

A nova universidade americana, orientada pela economia mundial, cujo conhecimento produzido busca a comercialização de serviços, processos e produtos de alta tecnologia, tem uma concepção que vem influenciando a maioria das universidades no mundo todo, num contexto de divisão acadêmica do trabalho. Tal concepção se deve ao regime de predominância financeira, que oferece vantagens aos países da economia central. No caso dos EUA, é importante afirmar que sua concepção de universidade consiste na universidade de classe mundial, cuja disseminação lhe é de fundamental e estratégico

interesse, podendo fazê-lo por meio das instituições mundiais em face da atual geopolítica mundial que confere a este país posição privilegiada. (Silva Júnior, 2017, p. 123-124).

O capitalismo acadêmico implica mercantilização e produção do conhecimento intensivo em novos circuitos compostos pela tríade universidade-indústria-governo. O conhecimento como mercadoria se articula ao ciclo financeiro que comprime o período do capital em funções. Há uma profunda mudança nas formas históricas sociais (sociabilidade) e nas formas históricas de individualidades (subjetividade). Um novo *ethos* acadêmico se atrela ao dogma da eficiência, compreendido por Dardot e Laval (2016) como um imperativo normativo ou nova razão do mundo, produtora da subjetividade neoliberal.

A degradação das funções públicas e a mercantilização do conhecimento foram oportunizadas nos Estados Unidos (EUA) pela Lei de Patentes e Licenciamentos (*Bayh Dole Act*), promulgada em 1980. A inovação científica e tecnológica se naturaliza e se espraia sob a retaguarda jurídica e política, de modo a servir como combustível e motor do crescimento econômico, incentivando sobremaneira a comercialização de serviços e resultados de pesquisas, ensejando uma “nova forma de produção real da riqueza” (Silva Júnior, 2017, p. 143).

A mundialização financeira e o Estado neoliberal forjam mudanças nas universidades em âmbito mundial e impõem a cultura organizacional que se estrutura segundo a lógica da predominância financeira. Constitui-se, na esfera pública, um novo paradigma organizacional. São desenvolvidas parcerias entre empresas multinacionais de novo estilo e universidades, que ensejam atividades de *rental service*, fusões e *joint ventures* na “nova geoeconomia da produção do valor” (Silva Júnior, 2017, p. 163). Uma metamorfose que sacrifica a universidade à “*commoditycidade*” (Bianchetti e Sguissardi, 2017, p. 75).

A razão empreendedora na universidade se relaciona à desmobilização do tempo do trabalho do professor das funções improdutivas, em uma subordinação às funções sociais reprodutivas do capital. Mas o processo histórico tem uma natureza dialética e contraditória, ainda que a base material e fundamental do Estado e de sua forma política seja derivada da forma-valor (Mascaro, 2013). Nos distintos períodos históricos de forças sociais em disputa e processos de expropriação do sobretrabalho, há entraves relacionados às contradições do desenvolvimento capitalista. A dependência do trabalho vivo é inevitável e coloca limites à financeirização. De outra parte, temos a inexorabilidade do desenvolvimento das forças produtivas que implica crescente trabalho morto na subsunção real e formal do trabalho ao capital. Trata-se de paradoxos do desenvolvimento capitalista, em grande medida, contornados pela forja do capitalismo acadêmico. O esfacelamento do lastro material da produção do mais-valor encontra, na universidade e na comercialização dos resultados de pesquisas financiadas pelo fundo público, um respiro à sua crise estrutural. O Estado e sua forma política ensejam práticas jurídicas e estatais que se contrapõem às crises da acumulação. Elementos externos à produção da mais-valia passam a ter nela importância fundamental. Há uma internalização de externalidades por intermédio de mediações.

Sacramento (2019) analisa o papel estratégico da universidade mercantil na criação de formas de enfrentamento dos impasses da crise estrutural do capital. O processo de constituição jurídico-política e de institucionalização das políticas de ciência, tecnologia e inovação é analisado em suas interfaces com arranjos produtivos, consórcios setoriais e criações de estruturas universitárias (fundações; núcleos de tecnologia e inovação; agências de inovação). Isso também é apontado por Silva Júnior (2017) que, após suas considerações sobre a totalidade concreta, retorna à particularidade da UFMG e apresenta uma análise do concreto pensado sob a pergunta de se no Brasil estaria se produzindo a *The new Brazilian university*. Sacramento (2019) contribui com a análise relacionada a tal questão. Argumenta que a universidade se transforma em anexo laboratorial, consultivo e fabril de empresas privadas, plataforma para o desenvolvimento econômico num processo de privatização silenciosa, exógena e endógena. Sua tese é a de que o trabalho do professor de ciência e tecnologia assume uma função potencialmente produtiva, por meio de políticas internas ativas e políticas externas de indução macroeconômica. Tal como Silva Júnior (2017), não considera seu objeto – a mercantilização da Universidade de São Paulo (USP), *campus* de Ribeirão Preto – como mera caudatária dos determinismos exógenos (Estado; mundialização do capital). Ambos apontam, na USP e na UFMG, um protagonismo da comunidade acadêmica no processo de mercantilização.

A desmobilização do tempo de trabalho do professor de funções improdutivas se apoia na mudança da estrutura jurídico-administrativa da universidade. A reforma do Estado, a nova legislação, os marcos da ciência e tecnologia e o V Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) objetivam-se em avaliação intensificada, empreendedorismo e internacionalização. Legalizam e legitimam, ideologicamente, a universidade mercantil. Uma nova estrutura do regime de trabalho aumenta o tempo cuja função possa ser produtiva.

Um aspecto não negligenciado, mas passível de ser mais desenvolvido com base nas análises de Silva Júnior (2017), é o da subjetividade a reboque da universidade mercantil.

A universidade é uma instituição social que reverbera seu tempo histórico, as contradições e impasses do desenvolvimento e formas históricas de acumulação e reprodução do capital. A mundialização do capital e o ideal neoliberal são os pilares do ordenamento político-econômico que intensificam sua mudança paradigmática. Como apontam Dardot e Laval (2016), a administração gerencial estende o *ethos* econômico a todas as esferas da atividade humana e atinge a subjetividade. O humano se fetichiza como recurso gerenciável tais como finanças, matérias-primas, tecnologias e estoques (Gaulejac, 2007). Forja-se adesão a normas, discursos, valores e ritmos de trabalho coadunados ao capitalismo acadêmico. Como aponta Silva Júnior (2017, p. 200), constitui-se um “novo lugar e função da universidade na economia”, em que “o conhecimento é caracterizado por sua potência iminente de produção do valor”. O regime de capitalismo acadêmico

[...] se concentra em redes – novos circuitos de conhecimento, emergência organizacional intersticial, rede de intermediação entre o setor público e

privado, que estendeu capacidade gerencial – que articulou instituições, professores, administradores, profissional acadêmico e estudantes com a Nova Economia (Slaughter; Rhoades, 2010, p. 234).

A nova configuração organizacional altera a subjetividade. Alienação, estranhamento e adoecimento são produzidos. Mais ainda: uma adesão forjada à nova cultura universitária por meio de uma mediação de um sistema de poder psíquico-organizacional (Gaulejac, 2007). Nele se encerra tentativa de criar correspondência entre aparelho psíquico e estruturas de funcionamento da instituição, no sentido da hiperexploração. Há a produção de um determinado tipo de engajamento e de um sujeito plasmado ao ideário imaginário-enganoso. As teias da manipulação da subjetividade se realizam por meio de mediações: econômica, política, ideológica e psicológica. Recompensas se objetivam na conquista de financiamentos e no fetiche de prazer decorrente do prestígio obtido. Tais recompensas, do ponto de vista do psiquismo do professor, são reconvertidas em formas de prazer empobrecidas e agressivas, assim como em angústia. A sedução do sistema de poder e do imaginário enganoso engendra o prazer agressivo de superação de si e dos demais. Cativado por uma busca (constante, infundável) de excelência e sob a angústia da ameaça de fracassar e não corresponder aos imperativos institucionais, os sujeitos tendem a legitimar constantes pressões de trabalho e recrudescimento dos critérios avaliativos e a protagonizar uma adesão desmedida ao trabalho. Um sistema refratário das contradições leva à naturalização da sociabilidade produtiva e a impedimentos à irrupção dos conflitos e questionamentos de si e dessa cultura.

A subjetividade, porém, não é mera província da ideologia e, se tende a ser refratada, também pode ser refratária ou recalcitrante à refração que a ela se impõe. A breve consideração a tal dimensão, dado o escopo e limite desta resenha, permite-nos conservar a interrogação de Silva Júnior (2017). Faz-se necessário manter a tensão histórica do seu concreto pensado, em vez de uma resposta inequívoca que feche o debate e torne a *The new Brazilian university* um fato inexorável. Tal fatalismo ignoraria a dialética e a história, e transmutaria os determinismos, tão bem analisados pelo autor, em determinações não dialetizáveis, senão inescapáveis.

## Referências bibliográficas

---

- BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. *Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016. (Coleção Estado de Sítio).
- GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.
- MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SACRAMENTO, L. F. *A universidade mercantil: um estudo sobre a universidade pública e o capital privado*. Curitiba: Appris, 2019.
- SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. *Academic capitalism and the New Economy*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2010.

---

196

Eduardo Pinto e Silva, doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), coordenador do grupo de pesquisa Trabalho, Política e Subjetividade (TRABPOLIS) da UFSCar e membro do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS) da Faculdade de Educação da Unicamp.

dups02@gmail.com

Recebido em 30 de agosto de 2022

Aprovado em 23 de fevereiro de 2023